

## Reforma Tributária

nº 02 • 03 março 2023



Nessa quarta (1º/03), foi instalado o Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados. Na ocasião o GT aprovou o plano de trabalho apresentado pelo relator da matéria, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O coordenador do GT, Reginaldo Lopes (PT-MG), reafirmou a intenção do colegiado de aproveitar na discussão os textos da [PEC 45/2019](#) e da [PEC 110/2019](#) e informou que o governo não encaminhará nenhum texto próprio, mas contribuirá com as discussões no GT. Segundo o cronograma aprovado, até maio, serão realizadas audiências públicas no colegiado para discutir a matéria. Embora não estejam previstos no documento, há a intenção de promover seminários estaduais sobre o tema.

Durante a reunião, o deputado **Aguinaldo Ribeiro** destacou o compromisso do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de votar a Reforma no mês de maio na Casa. Além disso, ressaltou a participação do Executivo federal, do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), dos Estados, Municípios e Distrito Federal nas discussões sobre o Sistema Tributário.

O deputado **Jonas Donizette** (PSB-SP) afirmou que o grande problema a ser enfrentado para a aprovação da reforma tributária é o descrédito, pelo fato de o assunto estar em discussão durante muitos anos sem que tenha sido aprovado um texto que contemplasse o que foi debatido. Para isso, considerou ser necessária a apresentação de um resultado do esforço que vem sendo feito pelos parlamentares. Salientou ainda a dificuldade de atender a todas as demandas dos setores da economia e solicitou que as reivindicações dos segmentos fossem feitas diretamente pelas confederações setoriais, de modo que haja um foco representativo. O relator concordou com a reivindicação, mas ressaltou que isso não irá comprometer as discussões locais, visando contemplar também os pleitos específicos de cada região e dos setores econômicos.

Donizette também mencionou que, com a reforma, a arrecadação do IVA já poderia ser repassada aos Estados e Municípios tão logo for recolhida. Aguinaldo Ribeiro fez referência a uma conversa que teve com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre o repasse imediato da arrecadação aos entes federativos, sendo informado por Neto que já existe tecnologia implementada capaz de fazer o repasse, portanto, a reforma poderá contemplar a reivindicação de Jonas Donizette se assim entenderem os demais parlamentares durante a votação.

O deputado **Glaustin da Fokus** (PSC-GO) manifestou insatisfação quanto ao prazo de 90 dias para a discussão da reforma, que considerou muito curto para tratar de toda a complexidade do tema. Além disso, reafirmou a importância, já mencionada pelo relator, de que não haverá elevação dos impostos para os consumidores finais.

O deputado **Newton Cardoso Jr** (MDB-MG) considerou que o GT conseguirá incorporar à PEC 45 os temas discutidos durante os trabalhos e que sua expectativa é de que a matéria seja votada logo após o final das atividades do grupo. Ressaltou ainda que espera convergência dos membros para a aprovação da reforma e que a matéria “já nasce com o apoio natural da indústria”, devido à fácil adaptação do setor aos dispositivos do texto. Além disso, afirmou que as resistências dos setores devem ser superadas ao longo do processo, em especial o agronegócio, o setor de serviços e o grupo dos beneficiários de incentivos fiscais, que manifestaram insatisfações em relação à proposta pelo possível aumento real de tributação. Destacou que o Sistema Tributário Nacional é o mais complexo do mundo e que é necessária a simplificação, com a participação de todos os entes federativos e que a neutralidade tributária deve ser preservada.

O deputado **Sidney Leite** (PSD-AM) expressou a necessidade de que sejam contempladas nos debates as demandas dos diferentes setores, especificando as discussões sobre a desoneração da folha de pagamentos, sobretudo para o setor de serviços. Destacou a importância de os debates tratarem das questões da regressividade tributária. Também salientou a dificuldade de unificar impostos no Brasil, considerando as complexidades regionais. Por isso destacou ser de suma importância o pacto federativo para sanar essa questão. Concluiu que o sistema atual prejudica o desenvolvimento econômico do país e que os incentivos fiscais foram criados como uma alternativa às distorções.



Reunião do GT do Sistema Tributário Nacional (PEC 45/19) – apresentação do plano de trabalho / Foto: Câmara dos Deputados.

O deputado **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL-SP) fez críticas a dispositivos das PECs [45/2019](#) e [110/2019](#). Segundo o deputado, parte dos problemas estão relacionados com a falta de autonomia, controle e recursos dos entes federativos, que teriam que recorrer a órgãos centrais para tratarem do repasse dos recursos. Além disso, ressaltou que diversos setores da economia poderiam ser prejudicados pelos textos, devido à homogeneização tributária não só para os segmentos econômicos como também para as diversas regiões do País. Destacou ainda que a [PEC 7/2020](#), de sua autoria, contempla a autonomia de Estados e Municípios e, por isso, teve grande aceitação por parte dos setores e entes da Federação. Por fim, considerou a necessidade da criação de uma comissão especial para discutir o tema, a realização de referendos que envolvam a mobilização da população além dos setores econômicos.

O deputado **Ivan Valente** (PSOL-SP) considerou que o prazo de funcionamento do GT não conseguirá abranger todas as discussões pertinentes à reforma tributária. O parlamentar recorreu a uma fala do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) contra **i**) a unificação da alíquota de impostos para todos os setores, **ii**) a extinção do crédito presumido e **iii**) a oneração dos produtos da cesta básica. Valente, por sua vez, se disse contrário apenas à oneração da cesta básica, por entender que a desoneração é de interesse comum.

O deputado **Mauro Benevides Filho** (PDT-CE) mencionou que é preciso aprofundar uma discussão em torno da cobrança do IVA diretamente do consumidor final, haja vista a necessidade de uma compensação aos entes de origem, que perderão arrecadação. Esboçou preocupação com a alíquota a ser cobrada pelo IVA, pois considerou que não existem estudos suficientes que tratam do tema.

O deputado **Thiago de Joaldo** (PP-SE), que não é membro do GT, destacou a necessidade de que as discussões levem em consideração a geração de emprego e renda para a modificação do sistema tributário. Segundo o deputado, setores como o da construção civil e de confecção não devem ser penalizados, uma vez que são responsáveis por muitos postos de trabalho. Além disso, reiterou preocupações em relação ao setor do agronegócio, solicitando que os pequenos produtores tenham tratamento favorecido em relação a outros grupos, pelo fato de não possuírem o mesmo acesso à informação que os grandes produtores.

Nessa semana, os setores de serviços e da agricultura intensificaram as críticas às propostas em discussão, deixando mais uma vez evidente que o assunto ainda está longe de encontrar um consenso.

Nessa perspectiva, o relator da matéria no GT já antecipou que “não vamos ter unanimidade” e que “se for atender todo mundo, é melhor deixar como está”.

Além dos pontos que já enfrentam resistências amplamente conhecidas, como a transferência de carga tributária de um setor econômico para outro, outras questões sobre o mérito também estão sendo objeto de debates, como a criação de um reembolso parcial do imposto pago pelas famílias de baixa renda, substituindo a desoneração da cesta básica, proposta que encontra oposição do setor da agropecuária. A manutenção da Zona Franca de Manaus é outro tema que deve receber atenção especial, envolvendo principalmente os três parlamentares amazonenses que estão no Grupo: Saulo Vianna (UNIÃO), Sidney Leite (PSD) e Adail Filho (REP).

Destaca-se que, apesar da vontade do governo e de Lira em emplacar a votação da Reforma até o mês de maio, as manifestações dos membros do GT, principalmente em relação ao curto prazo para debater o tema na complexidade exigida, apontam para um processo de discussão mais longo. As questões de mérito levantadas até o momento e as que ainda devem surgir dificultam a formação de uma base consistente que garanta os 308 votos necessários para a aprovação de uma PEC, o que demandará maior empenho do Planalto e do próprio presidente da Câmara.

Nesse contexto, na tentativa de discutir as resistências e buscar soluções, o colegiado pretende promover uma série de debates com os segmentos produtivos e com os entes subnacionais. Assim, aprovou o cronograma abaixo que, eventualmente, poderá ser modificado de acordo com os desdobramentos das discussões. Até o momento, foram definidos apenas os participantes das audiências públicas da primeira e da segunda semanas; os participantes das demais audiências serão definidos nos próximos encontros do GT. As reuniões se iniciam na próxima semana e devem ocorrer às terças e quartas-feiras, às 14h30.

CRONOGRAMA		
SEMANA	TEMAS	CONVIDADOS
06 a 10 de março	Apresentação das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) <a href="#">45/2019</a> e <a href="#">110/2019</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deputado e relator da PEC 45/2019;</li> <li>▪ Baleia Rossi (MDB-SP), deputado e autor da PEC 45/2019;</li> <li>▪ Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP), senador e autor da PEC 110/2019;</li> <li>▪ Roberto Rocha (PTB-MA), Ex-Senador e relator da PEC 110/2019;</li> <li>▪ Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy.</li> </ul>
13 a 17 de março	Diagnóstico do sistema tributário atual	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Eduardo Fleury, consultor do Banco Mundial;</li> <li>▪ Luiz Carlos Hauly, ex-deputado federal e porta-voz do Movimento Destrava Brasil OU Alexis Fonteyne, ex-deputado federal;</li> <li>▪ Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda OU Samuel Pessoa, chefe do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV);</li> <li>▪ Vanessa Canado, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Tributação do Insper.</li> </ul>

<b>20 a 24 de março</b>	Melhores práticas internacionais de tributação sobre o consumo	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Francisco Javier Sánchez Gallardo, Conselheiro de Finanças da Embaixada da Espanha no Brasil;</li> <li>▪ Isaias Coelho, pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV/SP;</li> <li>▪ Melina Rocha, diretora de cursos da Universidade de York, do Canadá;</li> <li>▪ Ricardo Varsano, economista sênior no Fundo Monetário Internacional (FMI);</li> <li>▪ Rita De La Feria, professora catedrática de Direito Tributário da Universidade de Leeds, da Inglaterra.</li> </ul>
<b>27 a 31 de março</b>	Reforma sob a perspectiva federativa	A definir.
<b>03 a 06 de abril</b>	Reforma sob a perspectiva setorial	A definir.
<b>10 a 14 de abril</b>	Reforma sob a perspectiva distributiva	A definir.
<b>17 a 20 de abril</b>	Reforma sob a perspectiva da economia digital e economia verde	A definir.
<b>24 a 28 de abril</b>	Reforma sob a perspectiva da administração tributária	A definir.
<b>01 a 05 de maio</b>	Missão oficial à OCDE	A definir.
<b>08 a 12 de maio</b>	Seminário final do Grupo de Trabalho	A definir.
<b>16 de maio</b>	Conclusão do Grupo de Trabalho	A definir.

## PERFIL DOS MEMBROS

Observando os membros do GT verificam-se duas questões regionais importantes: o estado que mais tende a perder em termos de arrecadação, São Paulo, possui 1/3 dos representantes do colegiado; em seguida, aparece o Amazonas, com 1/4 dos membros, o que se explica especialmente pela Zona Franca de Manaus. O Nordeste está representado pela Paraíba e pelo Ceará; o Centro-Oeste, por Goiás; o Sudeste, além de São Paulo, por Minas Gerais; e o Norte pelo Amazonas – *a região Sul é a única sem representantes no GT.*

Do ponto de vista dos entes federativos, há ao menos três integrantes que devem ter destaque no colegiado: Jonas Donizette (PSB-SP), ex-prefeito de Campinas-SP e ex-presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); Sidney Leite (PSD-AM), ex-prefeito de Maués-AM e ex-presidente da Associação Amazonense dos Municípios (AAM); e o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), que foi secretário de Finanças de Fortaleza (1989) e do Ceará (2007-2018).

## PERFIL

# Reginaldo Lopes

PT-MG

Coordenador

Natural de Bom Sucesso-MG, Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes (49) é graduado em Economia (1998), com pós graduação em Gestão de Pequenas e Microempresas (2001), ambas as formações pela Universidade Federal de São João del-Rei-MG (UFSJ).

Lopes começou sua vida política ainda na universidade, tendo sido coordenador do Diretório Central dos Estudantes (DCE) na UFSJ (1995-1997) e diretor da Área de Humanas da União Estadual dos Estudantes (UEE, 1995-1997). Foi também membro da União Sindical de São João del-Rei (1996-1998).

Já trabalhou como professor substituto na Secretaria de Educação de São João del-Rei (1995); microempresário, à frente da Di Minas Massas Alimentícias (1999-2001); e consultor econômico (2001-2002).

É deputado federal desde 2003, tendo sido eleito por seis legislaturas consecutivas, todas pelo PT. Como parlamentar, foi autor, dentre outros, do projeto que originou a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Foi membro titular de diversas comissões, como as de Educação (CE); de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO); de Legislação Participativa (CLP); de Finanças e Tributação (CFT); e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO). Além disso, participou das comissões especiais que tratam do Fundo de Participação dos Municípios (PEC 391/2017, 2019-2021), da Reforma Administrativa (PEC 32/2020, 2021-2023), dos Subsídios Tributários e Creditícios (2019-2023).

Foi presidente do PT em Minas Gerais (2007-2013). Em 2016, disputou a prefeitura de Belo Horizonte, ficando em 4º lugar, com cerca de 7% dos votos. O vencedor, naquela ocasião, foi Alexandre Kalil (PHS).

Entre 2022 e 2023 atuou como líder PT na Câmara dos Deputados e atualmente é vice-líder do governo na Casa. Fez parte do Gabinete de Transição para o atual Governo Lula, no Grupo Técnico “Centro de Governo”, em que constavam quadros influentes do PT.

**“Tenho defendido a medida para garantir mais progressividade ao IVA, garantindo um modelo mais distributivo da riqueza. Quem ganha menos, paga menos. Quem ganha mais, paga mais. Por isso, os mais pobres receberão de volta o imposto pago no consumo”**



## PERFIL

# Aguinaldo Ribeiro

PP-PB

Relator

Natural de Campina Grande-PB, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro (54) é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 1987), e em Administração de Empresas, pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê, 1997), com MBA em Gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2008).

De família tradicional na política do estado, é filho de Enivaldo Ribeiro, ex-prefeito de Campina Grande-PB e de Virgínia Velloso, ex-prefeita de Pilar-PB, além de irmão da senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB).

Já atuou nas empresas Habitação e Planejamento Ltda (1986), como presidente, e na Riverpetro Derivados de Petróleo (1991), como superintendente. Foi membro de diversas associações entre elas o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural do Estado da Paraíba (1998-2002), o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura do Nordeste do Brasil (2000-2002), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba (2008-2009), o Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (2008-2009) e o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (2008-2009).

Iniciou sua trajetória na vida pública como presidente do Comitê jovem do Partido Progressista (PP), partido ao qual é filiado desde 1995. Foi secretário municipal de Agricultura, Irrigação e Abastecimento de João Pessoa-PB, durante a gestão de Cícero Lucena (MDB, 1998-2002).

Em 2002 foi eleito deputado estadual, sendo reeleito em 2006. Nesse período, foi secretário de Ciência e Tecnologia, Recursos Hídricos e Meio Ambiente (2008-2009) e secretário de Ciência e Tecnologia (2009-2010) de João Pessoa-PB durante a gestão de Ricardo Coutinho (PSB).

É deputado federal desde 2011. Em 2012 licenciou-se do cargo para se tornar ministro das Cidades do primeiro governo Dilma (2011-2015), permanecendo até 2014. Atualmente, está cumprindo o seu quarto mandato consecutivo na Câmara dos Deputados.

Como parlamentar federal, já foi líder (2011-2012) e vice-líder (2011) do PP na Câmara, líder do bloco PP, PTB, PSC, PHS (2016), líder do governo Temer na Câmara, líder da Maioria na Câmara (2019-2021) e líder da Maioria no Congresso Nacional (2022-2023).

Participou da comissão mista da Reforma Tributária (2020-2021), da qual foi relator.

Ribeiro tem se pronunciado no sentido de que as condições para a aprovação de uma reforma são favoráveis e que o sistema atual é arcaico, obsoleto e danoso ao país – *defendendo maior eficiência no processo tributário*. Disse ainda que a reforma passará pela transformação de cinco tributos em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nacional.

Também afirmou que a reforma deve trazer menos insegurança jurídica e mais progressividade.



## PERFIL

# Demais Membros



**Saullo Vianna**  
UNIÃO-AM

Natural de Manaus-AM, Saullo Velame Vianna (38) é empreendedor na área de materiais de construção. Iniciou sua vida pública em 2018, quando foi eleito deputado estadual do Amazonas (2019-2022). Em 2022 elegeu-se deputado federal. Tem se posicionado em defesa dos incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus e sugere que o colegiado analise se haverá perda de arrecadação para municípios com as mudanças propostas, ressaltando a importância do modelo fiscal atual para a preservação ambiental da Amazônia. Também tem defendido a simplificação da legislação do ICMS e do ISS.

**Sidney Leite**  
PSD-AM

Natural de Maués-AM, Sidney Ricardo de Oliveira Leite (55) é graduado em jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde foi presidente do Centro Universitário de Comunicação Social (Cucos) e integrou a diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Iniciou sua carreira política como vice-prefeito de Maués (1993-1996). Em 2000 foi eleito e, depois, reeleito prefeito do município (2001-2008). Foi eleito deputado estadual do Amazonas por dois mandatos (2011-2018). Elegeu-se deputado federal em 2018 exerce atualmente seu segundo mandato. Foi 1º vice-presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e da comissão especial da Reforma Tributária. Durante a transição do governo Lula, integrou o Grupo de Trabalho de Indústria, Comércio e Serviços. O deputado se posiciona a favor de uma reforma tributária que não gere consequências negativas para os setores de educação e saúde.



**Vitor Lippi**  
PSDB-SP

Natural de Sorocaba-SP, Vitor Lippi (63) é médico, formado pela Universidade Souza Marques (1983), com especialização em dermatologia. Ingressou na vida política em 1989, sendo eleito vereador de Maringá-SP (1989-1992), que posteriormente se tornou o município de Alumínio. Nessa cidade, também foi eleito vereador (1993-1997), tendo sido presidente da Câmara Municipal em 1994. Atuou como secretário Municipal de Saúde de Sorocaba (1997-2004) e, nas eleições de 2004, foi eleito prefeito do município, cargo em que permaneceu por dois mandatos (2005-2013). Ao final de sua gestão como prefeito, presidiu a empresa Parque Tecnológico de Sorocaba (2013-2014). Na sequência foi eleito deputado federal por São Paulo, cargo que ocupa até o momento. Atua nas áreas de política industrial, tecnologia, telecomunicações.

**Mauro Benevides Filho**

**PDT-CE**

Natural de Fortaleza-CE, Carlos Mauro Benevides Filho (63) é formado em economia pela Universidade de Brasília (UnB), mestre (1982) e doutor (1985) em economia pela Vanderbilt University de Nashville. É filho de Mauro Benevides, ex-senador, que presidiu o Senado Federal (1991-1993). Mauro Benevides Filho iniciou sua trajetória profissional como executivo no banco BMC. Foi interventor do Banco Central no Banco do Estado do Ceará (1987-1988) e é professor da Universidade Federal do Ceará desde 1991. Começou na política como deputado estadual do Ceará (1990-2015), sendo eleito por 6 mandatos seguidos, licenciando-se do cargo para exercer o cargo de Secretário de Finanças de Fortaleza-CE (1989-1989). Foi secretário de Planejamento (1991), da Casa Civil (1993), de Administração e Gestão do Governo (2003-2006) e de Fazenda (2017-2018) do Estado do Ceará. Foi eleito deputado federal em 2018 e reeleito em 2022.



**Luiz Philippe de Orleans e Bragança**

**PL-SP**

Natural do Rio de Janeiro-RJ, Luiz Philippe de Orleans e Bragança (53) é bacharel em administração de empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (1985-1988), mestre em Ciência Política pela Universidade Stanford (1993) e especialista em administração de empresas com MBA pelo Institut Européen d'Administration des Affaires, na França (1997). Possui experiência com o mercado financeiro e atuou como Diretor de Desenvolvimento de Negócios na empresa Time Warner, em Miami (2000-2005). É fundador da empresa IKAT do Brasil, do ramo de distribuição de peças para motocicletas, e da ZAP Tech, uma incubadora de meios de pagamentos para plataformas móveis. Na esfera tributária, é contrário à unificação de impostos e é autor da PEC 7/2020, uma proposta alternativa de Reforma Tributária aprovada por uma Comissão Especial no ano passado. Apesar de tratar do mesmo assunto, a proposta não foi anexada formalmente à discussão no grupo de trabalho.



**Adail Filho**

**REP-AM**

Natural de Manaus-AM, Adail José Figueiredo Pinheiro (31) é empresário. É filho de Adail Pinheiro, ex-prefeito de Coari-AM, e irmão de Mayara Pinheiro, deputada estadual do Amazonas. Foi prefeito de Coari (2016-2020). O deputado chegou a afirmar que a PEC 45, em seu atual formato, representa um risco para a política fiscal da Zona Franca de Manaus (ZFM), argumentando que “não podemos admitir uma PEC tributária que não leve em consideração o modelo econômico do nosso estado, apesar de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do Brasil. Nenhum direito a menos para a ZFM”.





**Glaustin da Fokus**  
**PSC-GO**

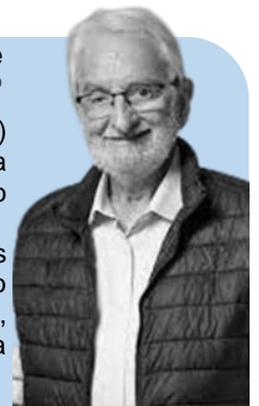
Natural de Goiânia-GO, Glauskston Batista Rios (49) é graduado em Administração. É sócio-fundador e diretor comercial do Grupo Fokus, empresa que atua no mercado de distribuição de produtos alimentícios.

Iniciou sua carreira política como deputado federal por Goiás, em 2018, tendo sido reeleito em 2022. Na área tributária, o parlamentar é autor do PL 1132/2019, que prorroga até 2025 o crédito presumido do IPI dos empreendimentos industriais instalados na região Centro-Oeste. Glaustin é defensor da agenda de “menos impostos e mais empregos”, sendo favorável a uma simplificação do sistema de tributos, de forma que considere as desigualdades regionais.

**Ivan Valente**  
**PSOL-SP**

Natural de São Paulo-SP, Ivan Valente (76) é formado em matemática (1969-1972) e em Engenharia (1966-1971), tendo sido dirigente do Centro Acadêmico da Escola de Engenharia Mauá. Foi professor de escola pública estadual em São Paulo (1970-1971 e 1980-1986).

Começou a carreira política como deputado estadual em São Paulo, por dois mandatos (1987-1994). Em 1995, foi eleito para o primeiro mandato como deputado federal, cargo que ocupa pela 7ª vez consecutiva. Segundo o deputado, a reforma é imprescindível para a redistribuição de renda no Brasil por meio da taxação de grandes fortunas.



**Jonas Donizette**  
**PSB-SP**

Natural de Monte Belo-MG, Jonas Donizette Ferreira (57) é radialista com curso superior incompleto em Jornalismo. Durante sua trajetória no setor de comunicação, trabalhou como diretor artístico na Rádio Educadora de Campinas-SP (1992-2004), e como apresentador e locutor na Rádio Globo de Campinas (2005-2007) e na Rádio Central (2010). Começou sua carreira política como vereador de Campinas, cargo que ocupou por 3 mandatos consecutivos (1993-2003). Foi deputado estadual de São Paulo por 2 mandatos (2003-2010). Depois, eleito deputado federal (2011-2012), deixou o cargo para assumir a prefeitura de Campinas, posição para a qual se reelegeu (2013-2020). Durante seu segundo mandato como prefeito, presidiu a Frente Nacional de Prefeitos (2017-2019). Nesse período, afirmou que a entidade apoia uma reforma tributária que crie um ICMS nacional para substituir as normas estaduais, e uma lei única para o ISS em todo o país. Foi eleito novamente para o cargo de deputado federal em 2022.

**Newton Cardoso Junior**  
MDB-MG

Natural de Belo Horizonte-MG, Newton Cardoso Junior (43) é bacharel em administração (1996-2000) e contabilidade (2012-2015); e especialista em Gestão Estratégica (1999-2000), Finanças e Controladoria (2004-2005) e Metalurgia (2008-2009). É filho do ex-governador de Minas Gerais e ex-deputado federal, Newton Cardoso. Sua mãe, Maria Lúcia, também exerceu o cargo de deputada federal. Em 2014, foi eleito deputado federal pelo estado de Minas Gerais, cargo que exerce atualmente, em seu 3º mandato consecutivo. É membro da Frente Parlamentar da Agropecuária e presidiu a Comissão de Turismo (2019-2021). É empresário rural e imobiliário, tendo vasta atuação nas empresas de sua família. Dentre elas, destaca-se sua participação como diretor executivo na Companhia Siderúrgica Pitangui (2001-2006), da qual também é sócio. Além disso, desde 2007, passou a exercer o cargo de diretor executivo do Grupo Newton Cardoso, grupo empresarial de gestão de negócios no ramo da pecuária, suinocultura e silvicultura, sendo responsável pela gestão estratégia comercial e financeira. Em 2006, passou a integrar o Conselho de Administração da empresa de produtos refratários, RHI Magnesita, permanecendo até o final de 2007. Foi também membro do conselho do Sindicato da Indústria do Ferro Gusa (2007-2010).

